

**REVISTA LEITURAS PAISAGÍSTICAS: teoria e práxis. n. 4.**

**Rio de Janeiro: UFRJ; Rio Book's, 2013. p. 19 - 31**

**Artigo: PAISAGEM CULTURAL**

Autora: Soraya Nó<sup>1</sup>.

## **PAISAGEM CULTURAL**

### **RESUMO**

O presente artigo procura apresentar a noção de paisagem cultural, compreendida de acordo com as novas perspectivas no âmbito da ampliação do campo do patrimônio, que se fundamentam nas interações entre os aspectos ambiental e cultural, material e imaterial.

Para melhor compreensão da paisagem cultural, recorreu-se ao desenvolvimento das noções de cultura e de patrimônio, ao longo do tempo, na esfera dos organismos internacionais e nacionais. Bem como, à evolução do conceito de paisagem no âmbito da Geografia.

Empreendeu-se uma reflexão sobre o desafio de encontrar formas de promover a salvaguarda das paisagens culturais, dadas as suas características de vulnerabilidade, no contexto do processo de globalização sem, no entanto, transformá-las em mercadorias, ou meras fontes de atração turística, desconsiderando seu conteúdo histórico, humano e ambiental.

**Palavras chave:** Cultura. Meio ambiente. Paisagem. Patrimônio.

---

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista. Professora Doutora do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura (PGAU-Cidade) da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

## **CULTURAL LANDSCAPE**

### **ABSTRACT**

This article aims to present the notion of cultural landscape according to the new perspectives related to the heritage expansion domain. Those perspectives are mainly based on the interactions among environmental and cultural aspects, as well as among material and immaterial.

The development throughout the time of culture and heritage notions, inside national and international establishments, was examined for a better comprehension of cultural landscape. In the same way, the evolution of landscape concept was analyzed in the scope of Geography.

Thus, a reflection was done about the challenge of finding ways to promote the safeguard of cultural landscapes. Therefore, cultural landscape vulnerability should be taken into account in the context of globalization and without transforming it in a sort of merchandise or a mere touristic attraction, so that disregarding historical, human and environmental contents.

**Keywords:** Culture. Environment. Landscape. Heritage.

## PAISAGEM CULTURAL

### 1 Apresentação

Nesse século XXI, frente ao processo de transformações socioeconômicas em escala mundial, constata-se que, em vários níveis, a intensificação das trocas comerciais, a pressão para o rompimento de fronteiras entre nações, a ampliação das possibilidades de mobilidade e interação, acompanhadas pelo crescente desenvolvimento das tecnologias de comunicação, parece estar contribuindo para a configuração de uma nebulosa humanidade transcultural, onde se misturam – e se consomem – diferentes lugares, costumes, valores, vestimentas, sons, saberes e sabores.

O mundo globalizado é caracterizado, cada vez mais, pelos amplos contatos interculturais e pelas migrações transnacionais, configurando o ápice do processo de internacionalização (socialização) do capitalismo. Nas interações entre os povos revela seu efeito homogeneizador, que assegura a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos eficazes (HARVEY, 1992; SANTOS, 2000).

Para grande parte da humanidade, o processo de globalização passou a influenciar, direta, ou indiretamente, “todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade” (SANTOS, 2000, p.142).

Entretanto, ao examinar a evolução das noções de cultura e patrimônio, no âmbito dos organismos internacionais, observa-se um olhar atento para a diversidade cultural no interior de cada sociedade, no qual as diferenças não são mais encaradas como imperfeições ou incompletudes, ou mesmo obstáculos ao desenvolvimento econômico, mas sim como expressões da singularidade humana.

Evidenciam-se significativas ressonâncias de um amplo debate contemporâneo a respeito do multiculturalismo, no qual transparece o interesse pela construção de sociedades mais plurais e inclusivas, em que o reconhecimento da diferença cultural associe-se a políticas públicas, em contraposição, ou apesar, da globalização.

Nessa perspectiva, tem-se buscado instrumentos para promover a proteção e a preservação cultural, ampliando o leque do que se consideram bens culturais, assim como as referências para

sua identificação. Num esforço, ao menos teórico e legal, para que sejam respeitadas as diferenças e superadas as desigualdades sociais.

Nesse contexto, delinea-se a categoria de paisagem cultural, que pretendemos aprofundar por meio da presente reflexão<sup>1</sup>. Propõem-se, para tanto, uma breve abordagem sobre a ampliação do campo do patrimônio e a evolução do conceito de paisagem, os quais fundam a noção de paisagem cultural.

## **2 Cultura e patrimônio cultural**

As palavras cultura, culto e colonização advêm do latim e derivam do mesmo verbo “colo”, que significa *eu moro, eu ocupo a terra* e, por extensão, *eu cultivo o campo* (BOSI, 1992, p.11). A partir dessa origem, é possível, desde já, vincular cultura a uma dimensão espacial, que pode remeter ao lugar e à paisagem, aos espaços livres, apesar da abrangência do termo ser bastante ampla.

Entende-se, atualmente, cultura como a conjugação dos modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social, ou ainda, como todo o conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre sua própria existência (SANTOS, 1987; BOSI, 1992).

Assim, a cultura pode ser definida como o conjunto de características distintas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social, que engloba, além das artes e letras, seus modos de viver, sistemas de valor, tradições e crenças<sup>2</sup>. Pode-se entender por cultura, o processo pelo qual o homem atribui sentidos ao mundo e interage com a realidade.

É importante destacar também que a cultura possui um caráter dinâmico, fruto das mudanças que ocorrem, em diferentes intensidades e visibilidades, motivadas por trocas, sincretismos, acontecimentos, que podem ocorrer de forma sutil, ou mesmo avassaladora. Faz parte desse processo uma tensão entre a mudança e a permanência.

O movimento da sociedade é sempre compressivo, global, totalizado, mas as mudanças podem ocorrer em diferentes níveis e em diferentes tempos: a economia, a política, as relações sociais, a

paisagem e a cultura mudam constantemente, cada qual segundo uma velocidade e direção próprias – sempre, porém, inexoravelmente vinculadas umas às outras (SANTOS, 1985).

Compreendida a cultura nessa magnitude, cabe introduzir a noção de patrimônio cultural, que traz em seu bojo a ideia de propriedade. Etimologicamente, patrimônio significa herança paterna (CHOAY, 2001; ABREU, 2003).

Patrimônio cultural consiste nas referências consideradas como representativas de diferentes grupos sociais. O valor dessas referências culturais, as quais são conformadas por bens materiais e imateriais, é atribuído em função de critérios e interesses de um determinado grupo humano.

É importante enfatizar que as referências culturais pressupõem a necessidade de sujeitos para os quais as mesmas façam sentido. Ou seja, os bens não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco, são sempre determinados pelas relações sociais.

Os bens culturais expressam os processos de produção e reprodução da vida, bem como os mecanismos que articulam esses processos à formação do patrimônio e da memória social de um povo.

A ideia de patrimônio remete à de preservação. Preservar significa a manutenção de um bem cultural em seu estado original, limitando a mudança. É importante demarcar também o alcance do termo *conservação*, que aponta para uma dimensão mais abrangente que a expressa pela ideia de preservação. A conservação considera a inevitabilidade da mudança, com enfoque nas características que apresentem uma maior significação cultural (CASTRIOTA, 2009).

O termo conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas. (Carta de Burra, 1980 apud CASTRIOTA, 2009).

Em nossa sociedade ocidental, foram, em grande medida, valorizados como patrimônio cultural e, portanto, preservados, os bens que se impunham por sua riqueza, monumentalidade, excepcionalidade e por sua relação com o poder.

Mas, ao longo da História, a noção de patrimônio tem adquirido novos significados e ampliado sua abrangência, refletindo a incorporação de novas visões a respeito de cultura, com o reconhecimento da diversidade cultural e a valorização do vernacular e do contemporâneo (CHOAY, 2001).

Nessa expansão destaca-se a categoria de patrimônio *imaterial*, que reconheceu a existência e a necessidade de salvaguarda do conjunto das realizações humanas, em diversas expressões. Superando a atuação preservacionista voltada prioritariamente para o tombamento dos chamados “bens de pedra e cal” – igrejas, fortes, pontes, prédios e conjuntos urbanos representativos de estilos arquitetônicos específicos.

O patrimônio imaterial passou então a considerar também rituais, festas, música, danças, indumentárias, lendas, medicina popular, culinária, línguas, saberes e fazeres como formas de expressão cultural<sup>3</sup>.

É importante enfatizar que a denominação imaterial não significa uma referência a abstrações, em contraposição a bens materiais, mesmo porque, para que haja qualquer tipo de comunicação, é muitas vezes imprescindível um suporte físico. A condição de imaterial, de intangível, remete ao transitório, fugaz, que não se materializa em produtos duráveis (FONSECA, 2003).

A UNESCO<sup>4</sup> define como Patrimônio Cultural Imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (IPHAN, 2008).

Na esfera da ampliação do conceito de patrimônio, a UNESCO passou a abordar, desde 1990, a ideia de *paisagem cultural*, combinando aspectos materiais e imateriais, aliados à interação entre o homem e a natureza<sup>5</sup>. Nosso foco de atenção, que procuraremos melhor elucidar com o entendimento inicial da paisagem.

### **3 Paisagem – evolução de um conceito**

Para introduzir a categoria de paisagem cultural, e compreender sua nova atribuição no campo do patrimônio, é oportuno conhecer a evolução conceitual da noção de paisagem, com auxílio das reflexões empreendidas no âmbito da Geografia,

Dentre os outros conceitos fundamentais para a Geografia, como espaço, território, região e lugar, a paisagem foi abordada de maneira diversa pelos teóricos, ao longo da evolução da disciplina, entretanto, foi em grande medida concebida incorporando a dimensão cultural.

No início do século XX, Otto Schüter diferenciou paisagem natural de paisagem cultural, para designar aquela transformada pelo trabalho do homem. La Blache, por sua vez, considerou o homem como um ser dotado de iniciativa para transformar o meio físico e biológico, sendo cada grupo humano responsável por criar distintas paisagens, a partir do substrato natural fornecido pelo meio (CLAVAL, 2007; RIBEIRO, 2007).

No método morfológico de análise da paisagem desenvolvido por Sauer, em 1925, em oposição às teorias do determinismo geográfico, então em voga, a cultura destacava-se como o agente transformador do meio natural.

Na concepção de Sauer<sup>6</sup>, a paisagem expressa o trabalho do homem sobre o espaço sendo, portanto, sujeita a mudanças, tanto pelo desenvolvimento da cultura, como pela imposição de *outra cultura*. Entretanto, apesar dessa abordagem mais ampla da paisagem, o autor restringia-se ao legível, sem considerar as dimensões subjetivas da cultura (CLAVAL, 2007; RIBEIRO, 2007).

No final da década de 1960, a corrente humanista, em oposição ao positivismo, trouxe para a noção de paisagem uma dimensão também simbólica, segundo a qual estariam introjetadas na paisagem as impressões deixadas pelo homem, que revelariam seu pensamento sobre o mundo.

Sendo assim possível empreender a *percepção* da paisagem, entendida como uma possibilidade de leitura do caráter subjetivo de valores estéticos, morais ou intelectuais alcançados pelo processo civilizatório.

Na década de 1980, uma nova corrente de pensadores<sup>7</sup> incorporou a ideia de que a *interpretação* da paisagem seria também subjetiva, pois cada grupo a interpretaria de forma diferente, segundo seus próprios conjuntos de símbolos e valores.

Nessa abordagem, a leitura da paisagem recebeu influência da antropologia hermenêutica, para a qual, segundo Geertz (1989), a função da cultura seria conferir um significado ao mundo e torná-lo inteligível, cabendo ao pesquisador a tentativa de interpretação dos símbolos de cada cultura.

Com base na concepção teórica do marxismo, a paisagem pode ser também analisada por meio das mudanças nas maneiras como os homens se organizam para produzir suas vidas.

A paisagem, quando produzida pela atividade transformadora do homem social, reproduz a concepção que o homem tem e teve do habitar, do trabalhar, do viver, como fruto de um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas. Seus conteúdos humanos, sociais e econômicos exprimem funções antigas que, mesmo desaparecidas, podem marcar a paisagem atual (SANTOS, 1999).

Também para Carlos (2005), a paisagem consiste em uma representação das relações sociais, que a sociedade cria em cada momento de seu processo de desenvolvimento. A sociedade produz seu próprio mundo de relações a partir da base material.

Por outro lado, Augustin Berque (CLAVAL, 2003; RIBEIRO, 2007) também contribui para ampliar o entendimento da paisagem. Para o autor, os homens impõem à paisagem a marca de sua cultura e ao mesmo tempo, a paisagem se constitui num dos contextos através dos quais a cultura se transmite de um indivíduo a outro, de uma geração a outra.

A paisagem seria ao mesmo tempo matriz e marco – matriz na medida em que as estruturas e as formas contribuem para a perpetuação de usos e significados entre gerações – e marco, na medida em que cada grupo grava em seu espaço os sinais e os símbolos de sua atividade.

É igualmente oportuno acrescentar a noção de que a paisagem é humanizada não apenas pela ação, mas igualmente pelo pensar. Cria-se também a paisagem como uma forma intelectual, na qual os grupos sociais percebem, interpretam e constroem marcos significativos, segundo sua concepção cultural (SCHIER, 2003; CLAVAL 2007).

Georges Bertrand (2004) constata em suas pesquisas que cada grupo vê a paisagem através da lógica de uma cultura que lhe é própria.

É importante reconhecer esse caráter quando se observa a maneira como as paisagens são representadas, seja em textos, escritos, pinturas, fotografias, filmes ou mapas, os quais revelam uma maneira particular de olhar.

Pode-se, portanto, depreender que a paisagem além da dimensão visual concreta, incorpora História, relações, valores e símbolos inerentes à cultura dos grupos sociais, e que pode ser

também permeada pela subjetividade do observador. Assim, a paisagem não reside somente no objeto e nem somente no sujeito, mas é engendrada em sua complexa interação.

#### **4 Paisagem cultural – um patrimônio**

A ideia de paisagem cultural, por sua vez, como concebida na categoria do patrimônio, trata da interação entre a natureza e a cultura, na medida em que abrange formas tradicionais de viver e de se relacionar com o meio ambiente.

Apesar de não haver nos documentos patrimoniais menção direta sobre a questão ambiental, nos parece claro que o conceito de paisagem cultural abarcou a concepção de meio ambiente em seu sentido mais atual, como um sistema dinâmico, de relações e interferências recíprocas, compreendido sob uma ótica totalizante, que abrange aspectos naturais, sociais, econômicos, culturais, éticos e políticos.

A temática ambiental também revela uma trajetória que evoluiu durante o século XX, passando da postura iluminista de pressuposto domínio do homem sobre a natureza, para o questionamento do modelo de sociedade e de desenvolvimento vigentes nos países industrializados. Revelando, nesse processo, a desconsideração sobre o sistema de valores das comunidades tradicionais, o significado cultural de seus recursos naturais, a lógica social e ecológica de suas práticas produtivas, o uso dos espaços e também sua capacidade para assimilar os novos padrões de tecnologia e de consumo.

A paisagem cultural consiste, portanto, numa nova perspectiva, que se fundamenta nas interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial – no entrelaçamento de campos até então estanques.

O documento denominado “Recomendação da Europa”<sup>8</sup> para a conservação das áreas de paisagens culturais, elaborado em 1995, define paisagem cultural como sendo caracterizada pela maneira pela qual é percebida por um indivíduo, ou por uma comunidade, testemunhando, do passado ao presente, o relacionamento entre o homem e seu meio ambiente. Possibilitando, a partir de sua observação, especificar culturas e locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições.

Sendo, desse modo, as paisagens culturais formadas por combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade, seu estabelecimento e seu caráter, através do tempo e do espaço.

Nas diretrizes operacionais para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, em 1999, a UNESCO apresentou a ideia de paisagem cultural de maneira mais detalhada:

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem [...] são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões.

Nesses termos, o primeiro bem inscrito na categoria patrimonial de paisagem cultural foi o Parque Nacional Tongariro, na Nova Zelândia, em 1993, pela importância cultural e religiosa de suas belas montanhas e por abrigar importantes ecossistemas, simbolizando a ligação espiritual entre o povo Maori e o meio ambiente (CASTRIOTA, 2009).

Ao redor do mundo, os bens que passaram a ser chancelados como paisagens culturais abrangem uma gama variada, como jardins, campos agrícolas, rotas de peregrinação e locais urbanos<sup>9</sup>.

No Brasil, o IPHAN<sup>10</sup>, em 2009, definiu como paisagem cultural brasileira a “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas, ou atribuíram valores”<sup>11</sup>.

Nas diversas concepções, que se complementam, estão sendo consideradas nas paisagens culturais as características do meio ambiente, os sítios históricos, os sistemas de uso da terra e o conhecimento tradicional, que se entrelaçam na conformação do tecido social, em seus aspectos estéticos, simbólicos, espirituais, funcionais e ecológicos.

Sendo, igualmente, importante compreender como essa paisagem é socialmente apreendida, a história de sua formação e a natureza dos fatores que lhe provocam mudanças.

Sua força reside em seu conteúdo humano, que deve igualmente (e intrinsecamente) ser valorizado como patrimônio e, portanto, considerado nas estratégias de preservação e conservação.

A significação e a autenticidade dessas paisagens vão envolver também elementos que se relacionam com a dimensão imaterial do patrimônio, dependendo frequentemente da continuidade e da vitalidade de sistemas tradicionais de cultura e de produção, que criaram ao longo do tempo padrões característicos de uso da terra e de um sentido único de lugar. CASTRIOTA (2009, p. 269)

Essa necessidade de "vida", integrada ao meio ambiente, desconstrói a ideia de paisagem cultural como uma cena congelada e demarca a força de seu conceito, na medida em que este implica em interação social e ambiental.

A paisagem cultural apresenta-se como uma categoria espacial reveladora dos modos de viver e conceber a vida, ancorada no processo histórico de produção e interação com o meio natural. Possui, desse modo, um caráter dinâmico, advindo da vivência humana.

## **5 O desafio**

O longo caminho percorrido pela sociedade ocidental para reconhecimento e valorização da diversidade cultural e da importância da sustentabilidade ambiental, bem como a recente chancela das paisagens culturais, por meio dos órgãos de patrimônio internacionais e nacional, representam, a nosso ver, um importante avanço em contraposição ao processo padronizador da cultura de massas e às práticas de devastação da natureza.

Na esfera da ação patrimonial, apresenta-se agora a dificuldade de como salvaguardar o que é dinâmico e vivo, pois, a depender de seu caráter, mudanças podem comprometer, de forma irreversível, a existência das paisagens culturais.

Nessa acepção, tem-se considerado a possibilidade de que as áreas caracterizadas como paisagem cultural tornem-se recursos socioeconômicos a serem empregados no desenvolvimento das comunidades locais.

Nesse aspecto, voltamos ao ponto de partida dessa reflexão – pois a pressão do capital tem contribuído significativamente para a deterioração da natureza e a desarticulação de comunidades tradicionais, numa constante ameaça à descaracterização daquilo que conforma as paisagens culturais.

É preciso reconhecer que as leis de mercado criam o mundo a sua imagem e semelhança, assim, somos induzidos a pensar que para solucionar os problemas de preservação cultural e ambiental bastaria agregar custo e preço à tradição, à memória e aos recursos naturais, numa postura simplista e utilitarista dos lugares.

Desse modo, evita-se também a possibilidade de questionamento quanto ao modelo de desenvolvimento econômico vigente, que tudo abarca, conformando comportamentos, fazendo-nos crer na sua inevitabilidade.

O desafio está, portanto, em não sucumbir ao risco de que as paisagens culturais passem a integrar a categoria de mercadorias, reduzidas ao consumo, perdendo assim o seu próprio sentido.

A transformação da paisagem cultural em mero atrativo turístico faz com que a *paisagem cenário* passe a adquirir, gradativamente, uma existência individualizada, divorciada da sociedade que a produziu.

É, então, preciso ampliar as possibilidades de eleição de formas de expressão cultural, que não visem apenas o crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência ambiental, intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória.

Para tanto, considera-se como pertinente o envolvimento dos grupos que habitam e valorizam as paisagens culturais nas estratégias de salvaguarda de sua vitalidade e de sua perenidade.

Acredita-se que a conservação cultural e ambiental seja capaz de exercer uma influência educativa e revitalizadora para a sustentação social, proporcionando, na perspectiva temporal, um importante sentido de continuidade histórica. Posto que sua preservação possa constituir uma via de mão dupla, que alimente e seja alimentada pela consciência do valor.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Tesouros humanos vivos ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural: notas sobre a experiência francesa. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. 427 p.
- BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Revista RA'E GA**, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Editora UFPR.
- CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. 8 e. São Paulo: Contexto, 2005. 98p.
- CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009. 380 p.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001. 282p.
- CLAVAL, Paul. A evolução recente da geografia cultural de língua francesa. **Revista Geosul**, Florianópolis, v.18, n. 35 jan-jun. 2003. p. 7 a 26. Editora da UFSC.
- \_\_\_\_\_. **A Geografia cultural**. 3e. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. 453 p.
- FONSECA, M. Cecília L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 324 p.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6 e. São Paulo: Loyola, 1992. 349p.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Patrimônio Imaterial**: o registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. Brasília: IPHAN, 2000. 208p.
- \_\_\_\_\_. Patrimônio imaterial. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 23 julho 2008.
- \_\_\_\_\_. Portaria n. 127, de 30 de abril de 2009: estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira. Diário Oficial da União, dia 05 de maio de 2009, n 83, p.17.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88p.
- \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.
- SCHIER, Raul Alfredo – Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. **Revista RA'E GA**, Curitiba, n.7, p.79-85, 2003. Editora UFPR.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. 152 p.
- UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris, 17 de outubro de 2003. Tradução: Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Esta reflexão advém da tese de Doutorado intitulada “Paisagem e lugar como referências culturais. Ribeirão da Ilha – Florianópolis”, submetida, em 2010, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, orientada pela Profa. Dra. Margareth de Castro Afeche Pimenta.

<sup>2</sup> Definição elaborada pela UNESCO, em 1982 (IPHAN, 2000).

<sup>3</sup> Inicialmente, mediante aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, em 1972, que evoluiu para a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, aprovada na Conferência Geral da UNESCO de 1989 (IPHAN, 2008).

O Decreto N° 3.551, de 04 de agosto de 2000, institui no Brasil as formas de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível, as categorias de bens culturais passam a incluir: *saberes; celebrações; linguagens e espaços*.

<sup>4</sup> UNESCO: *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

<sup>5</sup> A categoria de paisagem cultural foi consolidada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, em Santa Fé (EUA), em 1992 (CASTRIOTA, 2009).

<sup>6</sup> Essas ideias fundaram a Escola de Berkeley (EUA) e a chamada Geografia Cultural.

<sup>7</sup> Denominada “Nova Geografia Cultural”, que se opunha tanto à Geografia Cultural “Tradicional” da Escola de Berkeley, quanto aos humanistas.

<sup>8</sup> Disponível no *site* do IPHAN - Cartas patrimoniais, em: <<http://www.iphan.gov.br>>.

<sup>9</sup> Constam da Lista do Patrimônio Mundial 55 paisagens culturais (CASTRIOTA, 2009).

<sup>10</sup> IPHAN: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

<sup>11</sup> Portaria IPHAN n. 127, de 30 de abril de 2009.